

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte O Estado de São Paulo

Class.:

345

Data 14 de abril de 1981

Pg.:

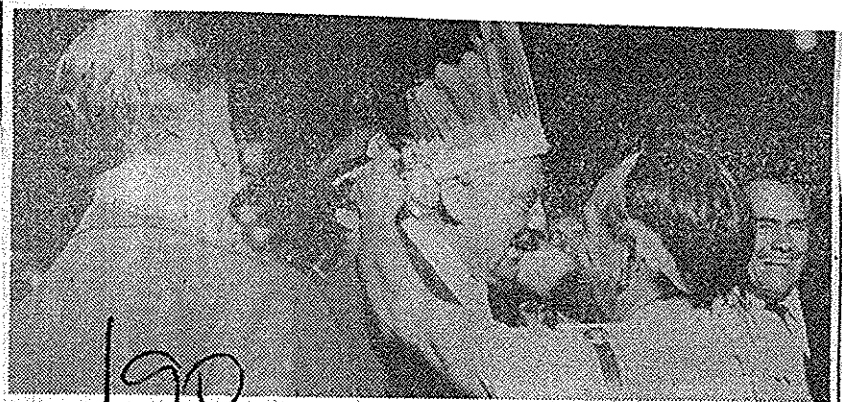


Foto Sérgio Borges — Telefoto Estado

**Andrezza ouviu queixas mas recebeu presentes**

**Semana começa e índios protestam**

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

Ao abrir ontem a Semana do Índio, o ministro do Interior, Mário Andrezza, recebeu um documento onde caciques de seis comunidades indígenas do Mato Grosso protestam por terem sido retirados de suas aldeias sem qualquer explicação e afirmando que "não concordam em servir de exposição para a Funai". Eles reclamavam por terem sido levados a Brasília para o fato.

O ministro do Interior foi recebido pelo cacique Aritana e, logo após ouvir um discurso do presidente da Funda-

ção Nacional do Índio, coronel Nobre da Veiga, visitou a exposição indígena, denominada II Moitará. Ele recebeu vários presentes, entre os quais um cocar de penas azuis e um adorno — gravata da paz —, do cacique Arodi; usou-os durante a visita mas os retirou assim que entrou em seu carro ao sair.

A exposição contou com a presença de 33 índios de 20 nações diferentes que, durante o percurso de Andrezza aos diversos estandes, o interpelavam fazendo inúmeras reivindicações que tinham, em geral, como resposta, o conselho para que procurassem diretamente a Funai.

**MENSAGEM**

Em mensagem pela passagem da Semana do Índio, o ministro Mario Andrezza manifestou sua preocupação com o direito de posse das terras em que vivem os índios brasileiros, considerando-o "um direito sagrado, que haveremos de assegurar". Caracterizou sua mensagem como de fé e confiança nos destinos da comunidade indígena brasileira e no trabalho da Funai, proporcionando "maiores condições de subsistência e uma acentuada melhoria da qualidade de vida, capaz de lhes permitir uma sólida aculturação, sem prejuízo do respeito a seus costumes e tradições".

**EMANCIPAÇÃO**

O ministro Mário Andrezza confirmou ter recebido do Serviço Nacional de Informações (SNI) um documento divulgado pela imprensa na semana passada, no qual é aconselhada uma modificação do Estatuto do Índio para que sejam definidos novos critérios de emancipação, mas negou que estejam sendo desenvolvidos estudos neste sentido. O coronel Nobre da Veiga também reconheceu a existência de tal documento, apesar de sua assessoria de imprensa ter negado na sexta-feira passada, e esclareceu que "só tomaram conhecimento de seu conteúdo as pessoas diretamente envolvidas com a questão dentro do órgão".